

JE

Jornal dos Economistas

Nº 374 Outubro de 2020

Órgão Oficial do Corecon-RJ e Sindecon-RJ

A economia no pós-pandemia

Rubens Sawaya, Luiz Filgueiras, Antonio Corrêa de Lacerda, Marisa Silva Amaral, Adhemar S. Mineiro e Ladislau Dowbor debatem as perspectivas e caminhos para a combalida economia brasileira com a gradual superação da crise sanitária.



Fórum analisa os investimentos do município em Educação

A economia no pós-pandemia

Esta edição dedica-se a discutir perspectivas e caminhos para a economia brasileira após o evento da crise sanitária, que, cabe lembrar, ainda está em curso.

Rubens Sawaya, da PUC-SP, questiona se o país sobreviverá a mais anos de austericídio. As elites continuarão com as reformas e articulam uma campanha pela elevação das taxas de juros e recrudescimento do ajuste fiscal.

Luiz Filgueiras, da UFBA, prevê que a economia continuará com dificuldade de retomar o crescimento (e não apenas recuperar o nível pré-pandemia) e que a aprovação de Bolsonaro cairá, devido à retomada do arrocho fiscal, ao fim das medidas emergenciais, ao desemprego, ao arrocho do salário mínimo e à “inflação da cesta básica”.

Antonio Corrêa de Lacerda, presidente do Cofecon, acredita que a reação será difícil e longa e exigirá mudanças na política econômica. Há 31,9 milhões de pessoas desocupadas e subocupadas no Brasil. O déficit primário pode superar R\$ 800 bilhões em 2020.

Marisa Silva Amaral, da UFU, avança a possibilidade de um processo de estagnação. O caminho do governo é o mesmo de antes da crise sanitária: aprofundamento dos ajustes e reformas.

Adhemar S. Mineiro, da Abed-RJ, lembra que a economia brasileira já estava na UTI antes da pandemia. Adentramos no pior dos mundos, com recessão e subida de preços de bens essenciais. As perspectivas são ruins, com o fim do auxílio emergencial e da ampliação de gastos nos estados e municípios.

Ladislau Dowbor, da PUC-SP, conclui que a economia que funciona é a que organiza os seus recursos financeiros, tecnológicos, administrativos em função do bem-estar da sociedade. A farsa do neoliberalismo, do Estado mínimo, da privatização, do déficit público e do merecimento dos rentistas é apenas isso: uma farsa.

O artigo do Fórum analisa os investimentos do município em Educação e os impactos da pandemia na área.

Registramos nosso pesar pela morte de Amir Khair, ex-secretário de Finanças da Prefeitura de São Paulo. O economista havia aceito nosso convite para escrever na edição atual, o que não foi possível devido ao falecimento. Khair pautou sua trajetória profissional pela busca de uma sociedade mais justa e abrilhantou nossa profissão.

Sumário

Economia no pós-pandemia	3
O que sobrará no final?	
<i>Rubens Sawaya</i>	
Economia no pós-pandemia	4
O governo Bolsonaro/Guedes/Maia e a economia brasileira	
<i>Luiz Filgueiras</i>	
Economia no pós-pandemia	6
A pandemia e a saúde da economia	
<i>Antonio Corrêa de Lacerda</i>	
Economia no pós-pandemia	8
A bastante particular conjuntura econômica brasileira: pandemia, risco de estagnação e crise prolongada	
<i>Marisa Silva Amaral</i>	
Economia no pós-pandemia	10
O crescimento passa longe	
<i>Adhemar S. Mineiro</i>	
Economia no pós-pandemia	12
Estamos precisando de uma nova economia	
<i>Ladislau Dowbor</i>	
Fórum Popular do Orçamento	14
Eleições Corecon	16

O Corecon-RJ apóia e divulga o programa Faixa Livre, apresentado por Paulo Passarinho, às segundas de 9h às 10h e de terça a sexta de 8h às 10h, na Rádio Bandeirantes, AM, do Rio, 1360 kHz ou na internet: www.aepet.org.br.

JE Jornal dos
Economistas

Órgão Oficial do CORECON - RJ
E SINDECON - RJ
Issn 1519-7387

Conselho Editorial: Sidney Pascounto da Rocha, Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Gustavo Souto de Noronha, João Hallak Neto, Marcelo Pereira Fernandes, Thiago Leone Mitidieri, José Antonio Lutterbach Soares, Wellington Leonardo da Silva, Paulo Sergio Souto, João Manoel Gonçalves Barbosa e José Ricardo de Moraes Lopes. **Jornalista Responsável:** Marcelo Cajueiro. **Edição:** Diagrama Comunicações Ltda-ME (CNPJ: 74.155.763/0001-48; tel.: 21 2232-3866). **Projeto Gráfico e diagramação:** Rossana Henriques (rossana.henriques@gmail.com). **Ilustração:** Aliedo. **Revisão:** Bruna Gama. **Fotolito e Impressão:** Edigráfica. **Tiragem:** 15.000 exemplares. **Periodicidade:** Mensal. **Correio eletrônico:** imprensa@corecon-rj.org.br

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro – RJ – Centro – Cep 20040-906
Telefax: (21) 2103-0178 – Fax: (21) 2103-0106
Correio eletrônico: corecon-rj@corecon-rj.org.br
Internet: <http://www.corecon-rj.org.br>

Presidente: Flávia Vinhaes Santos. **Vice-presidente:** Sidney Pascounto da Rocha. **Conselheiros Efetivos:** 1º TERÇO: (2020-2022) Arthur Camara Cardozo, Marcelo Pereira Fernandes, Sidney Pascounto da Rocha - 2º TERÇO: (2018-2020) Antônio dos Santos Magalhães, Flávia Vinhaes Santos, Jorge de Oliveira Camargo - 3º TERÇO: (2019-2021) Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Thiago Leone Mitidieri, José Antonio Lutterbach Soares. **Conselheiros Suplentes:** 1º TERÇO: (2020-2022) Gustavo Souto de Noronha, João Hallack Neto, Regina Lúcia Gadioli dos Santos - 2º TERÇO: (2018-2020) André Luiz Rodrigues Osório, Gilberto Caputo Santos, Miguel Antônio Pinho Bruno - 3º TERÇO: (2019-2021) José Ricardo de Moraes Lopes, Clician do Couto Oliveira.

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 – salas 1607 a 1609 – Rio de Janeiro – RJ – Cep 20031-000. Tel.: (21) 2262-2535 Telefax: (21)2533-7891 e 2533-2192. Correio eletrônico: sindecon@sindecon.org.br

Mandato – 2017/2020

Coordenação de Assuntos Institucionais: Antonio Melki Júnior, Cesar Homero Fernandes Lopes, Sidney Pascounto da Rocha (Coordenador Geral) e Wellington Leonardo da Silva.
Coordenação de Relações Sindicais: Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Gilberto Caputo Santos, João Manoel Gonçalves Barbosa, José Ricardo de Moraes Lopes.
Coordenação de Divulgação Administração e Finanças: André Luiz Silva de Souza, Gilberto Alcântara da Cruz, José Antonio Lutterbach Soares e Guilherme Tinoco Oliveira dos Anjos.
Conselho Fiscal: Jorge de Oliveira Camargo, Luciano Amaral Pereira e Regina Lúcia Gadioli dos Santos.

O que sobrará no final?

Rubens Sawaya*

Comparando-se o PIB de 2014 ao de 2019, em termos reais, a economia brasileira encolheu 4,4% antes da pandemia. Somando-se à queda prevista de 6 a 7% em 2020, o país estará 10% mais pobre comparado a 2014. Os resultados são 13 milhões de desempregados, 30 milhões de desalentados, 50 milhões de miseráveis e 90 milhões de pobres, números em ascensão, agora sem direitos trabalhistas nem previdenciários, sem rede de proteção. Até o número dos que passam fome se elevou.

Esse é o resultado do debacle iniciado por perseguições políticas camufladas de combate à corrupção pelo “lavajatismo”. Seguiu-se a absurda “austeridade expansionista” de Joaquim Levy em 2015 e o golpe de 2016, que deu início à supressão de direitos, trabalhistas e previdenciários, defendida no programa “Ponte para o futuro” dos economistas de banco – hoje sob a responsabilidade de Guedes. Tudo isso culmina com a eleição, em 2018, da direita mais tosca que esse país já viu.

O Brasil tem futuro? Não há futuro para os 140 mil mortos pela covid-19. Não haverá também para as matas, reservas e animais que estão ardendo em chamas. Com um crescimento de (quem sabe?) 2% ao ano depois da queda nos últimos anos, sem as políticas sociais, espremidas pelo “teto de gastos”, com a proibição da ação do Estado pelas novas reformas administrativa e tributária, com a privatização do que resta, qual é o futuro? Quantos anos o país levará para se recuperar de tal destruição institucional, política e econômica?

O desastre ambiental pode interferir no sistema de chuvas que

irriga nossa soja. Prejudica as exportações, que dependem da boa vontade de europeus e chineses com a opção de comprar dos EUA. Até os banqueiros nacionais estão desesperados. Os capitais especulativos fogem do país desde 2019 e ameaçam não voltar, tanto pelo desastre ecológico como econômico, agravados pelo caos político. Mesmo o agronegócio – esquecendo-se que hoje planta soja em terras abertas pelo fogo do passado no Cerrado e na Floresta Amazônica – levanta a bandeira ecológica com medo de perder seu mercado.

Haverá futuro para as pequenas e médias empresas que, na pandemia, não tiveram acesso aos recursos distribuídos pela lógica dos bancos privados e sucumbiram? Como haverá recuperação do emprego e da economia sem uma estrutura industrial que crie empregos de qualidade, de elevada remuneração, de modo a garantir a recuperação do setor de serviços?

O agronegócio não tem poder multiplicador para puxar uma retomada do crescimento. O Brasil tornou-se um “fazendão” espremido entre transnacionais, de um lado, fornecedoras de sementes e insumos e, de outro, grandes *tradings*. Os efeitos positivos do setor sobre a indústria de caminhões e máquinas agrícolas não conseguem puxar a economia, como se constata nos últimos anos de recessão mesmo com o agronegócio crescendo.

Os muito ricos e os bancos estão preocupados com o que fazer com o excesso de liquidez em suas mãos. O juro baixo retirou a rentabilidade dos rentistas. Depois de pressionarem para cima a bolsa de valores, sem qualquer relação com a realidade concreta da situação

econômica, passaram a alocar esses recursos vadios na construção civil. Assim, alimentam uma bolha imobiliária, dado que o crescimento do setor não está fundado na elevação da renda média e na aquisição de casa própria como entre 2005-10.

O presidente grita que não “tira de pobre para dar para pobre” e flerta com uma política de renda básica com o olho em sua popularidade. Talvez consiga algo com apoio do Congresso. Mas, na verdade, o presidente é obrigado a dizer amém a Guedes, quem de fato manda no governo e representa os interesses das elites que tomaram o poder em 2015. São esses grupos, aliados à grande mídia, os responsáveis por manter Bolsonaro sob controle ao ameaçarem abrir a “caixa de rachadinhas” milicianas.

Continuarão com as reformas. Articulam uma campanha pela elevação das taxas de juros e de recrudescimento do ajuste fiscal que continue a garantir o fluxo de riqueza da sociedade, por dentro do Estado, para os rentistas. Como justificativa, usam a própria dívida pública explosiva que criaram nos últimos 6 anos. Para essas elites, será bom que Bolsonaro perca popularidade. Após todas as maldades realizadas, esta é uma forma de abrir espaço para um candidato próprio em 2022.

O país sobreviverá a mais anos de austericídio? Será que essas elites realmente acreditam que continuarão a ganhar dinheiro em terra devastada? O que sobrará após essa destruição das instituições e da estrutura produtiva nacional? Qual será o nosso futuro?

* É professor e coordenador do Programa de Pós-graduação em Economia Política da PUC-SP.



O governo Bolsonaro/Guedes/Maia e a economia brasileira



Luiz Filgueiras*

O governo Bolsonaro é produto de uma conjuntura política que começou a se delinear a partir dos grandes protestos de 2013 e que culminou no golpe parlamentar-midiático-judicial de 2016 – executado através do famigerado processo de *impeachment* da presidente Dilma Roussef. A evolução da conjuntura econômica foi decisiva para a erosão do apoio político que a sustentava, impulsionando o movimento que desembocou na sua destituição.

A desaceleração econômica durante o seu primeiro governo, relacionada à reversão do ciclo econômico internacional, e a política de desoneração tributária adotada como antídoto implicaram perdas de receitas para o governo e o retorno dos déficits primários a partir de 2014. Como resposta a esse novo problema, passou-se a executar, no começo do segundo governo, mais um ajuste fiscal. Essas políticas, além de aprofundarem a deterioração das contas públicas, deram início a uma brutal recessão, que adentraria o governo Temer – transformando-se em estagnação econômica.

Após o golpe, com novo cenário político, o governo Temer retomou o ideário ultraneoliberal, voltando a colocar em pauta as reformas “pró-mercado”, acompanhadas pela execução de políticas macroeconômicas ortodoxas, com a radicalização do ajuste

fiscal. A natureza das reformas é evidente quanto aos interesses contemplados: sobretudo, os do grande capital, do capital financeiro e do imperialismo.

Elas iniciaram-se com a Emenda Constitucional que congelou os gastos primários do governo federal por 20 anos, formalizando o ajuste fiscal permanente da era neoliberal. Depois vieram as Reformas Trabalhista e a da Previdência; esta última no governo Bolsonaro. Concomitantemente, o tripé macroeconômico em sua forma mais dura voltou. Desmontou-se a cadeia produtiva do petróleo, com a desidratação da Petrobrás e a entrega do pré-sal às grandes corporações internacionais; e desestruturou-se a engenharia e construção pesada nacional – contando com o protagonismo decisivo da Operação Lava Jato.

Essa operação contribuiu para desmoralizar a política, os partidos e os políticos, trazendo para o centro do debate nacional e da disputa política o combate à corrupção. A sua natureza política e o seu papel na eleição de Bolsonaro são, hoje, impossíveis de serem negados; e não apenas por ter impedido a participação de Lula, ou Sérgio Moro ter virado ministro, mas também porque ajudou a inviabilizar todos os candidatos da direita neoliberal tradicional. Desse modo, como desdobramento político do golpe de 2016, Bolsonaro foi apoiado por todas as forças que derrubaram o governo Dilma, e

não apenas pelo movimento neofascista que está na origem de sua candidatura.

O governo Bolsonaro uniu, por razões distintas, forças políticas neofascistas e neoliberais, que dividem espaço no seu interior e no aparelho de Estado. Constituiu-se uma espécie de afinidade eletiva entre esses dois agrupamentos, tendo por acicate o combate à esquerda e às forças antineoliberais, inimigos comuns de ambos. Comportando tensões e contradições, essa unificação da extrema-direita e do neoliberalismo está na raiz tanto da força quanto da fraqueza do governo Bolsonaro.

De um lado, esse governo tem garantido a aprovação e execução das reformas e políticas neoliberais – razão fundamental de Bolsonaro, apesar de todas as barbaridades até aqui cometidas (a mais recente é a repulsa à futura vacina contra a Covid), não ter ainda sofrido um processo de *impeachment*: Rodrigo Maia, presidente da Câmara de Deputados, não dá andamento aos mais de 60 pedidos de afastamento já protocolados.

De outro lado, contudo, a defesa e o encaminhamento dos interesses do mercado, apesar dos esforços de Guedes, são feitos com dificuldade e relutância por parte do núcleo duro neofascista; por isso, sempre dependem do protagonismo do presidente da Câmara – fiel servidor do grande capital. Além disso, Bolsonaro e o movimento neofascis-

ta tensionam permanentemente o ambiente político, promovendo a “Guerra Cultural” e ameaçando as instituições democráticas e o Estado de Direito.

O atual cenário econômico resultou tanto do ajuste fiscal iniciado no segundo governo Dilma e das reformas e políticas neoliberais dos governos de Temer e Bolsonaro quanto da crise sanitária do novo coronavírus.

A desaceleração da economia durante o primeiro governo Dilma evoluiu para a erosão das contas públicas e, posteriormente, para o início de uma recessão no segundo. A desoneração fiscal não impediu a desaceleração e comprometeu as receitas do Estado, enquanto o ajuste fiscal jogou a economia em uma recessão – piorando ainda mais as contas do governo.

As reformas e políticas econômicas dos governos de Temer e Bolsonaro aprofundaram a recessão e estagnaram a economia, ampliando a crise fiscal. As Reformas Trabalhista e da Previdência, como previsto, não conseguiram criar empregos estáveis e nem impedir a erosão das contas públicas: a primeira impacta negativamente a qualidade do emprego e a renda, enquanto a segunda tem efeitos apenas no longo prazo.

As reformas e políticas neoliberais afetam negativamente a economia, tanto pelo lado da demanda – redução dos gastos públicos e do consumo das famílias (desemprego crescente e extinção dos reajustes do salário mínimo acima da inflação), desestimulando o investimento privado –, quanto pelo lado da oferta – desestruturação da cadeia produtiva do petróleo, destruição

e desorganização da construção pesada e da indústria naval, paralisação de obras públicas e enfraquecimento do BNDES, com a retirada de sua capacidade de financiamento.

A economia brasileira, já antes da pandemia, se encontrava “na UTI”, apresentando grande dificuldade para retomar o crescimento. Após a recessão de 2015-2016 (queda de mais de 7%), o PIB cresceu em média 1% no período 2017-2019; o PIB per capita em 2019 ficou 7,5% abaixo do de 2013 (antes da crise). A queda de 2,5% do PIB no primeiro trimestre de 2020, quando comparado ao último trimestre do ano passado, evidencia isso: os efeitos da crise sanitária sobre a economia só começaram na segunda quinzena de março. Com a pandemia, o cenário estagnacionista evoluiu para um novo mergulho recessivo, mais profundo que o anterior.

O isolamento social – medida incontornável para se enfrentar a Covid – implicou a paralisação da maioria das atividades econômico-sociais (não essenciais), que puxou a queda da demanda em geral, em virtude do aumento do desemprego/desocupação e da queda dos rendimentos. A recessão só não foi maior em razão de pressões da sociedade civil e do Congresso Nacional, que exigiram a adoção de medidas emergenciais – apesar da resistência do governo Bolsonaro. O pagamento de R\$ 600, por três meses, a 70 milhões de brasileiros foi a principal delas, impedindo a queda mais dramática do consumo. Ironicamente, ele é a causa, momentânea, do governo Bolsona-

ro ter melhorado sua aprovação.

Todavia, mesmo com as medidas emergenciais, o PIB caiu 9,7% no segundo trimestre (11,4% quando se compara com o mesmo trimestre de 2019) – a maior da história – e a taxa de desemprego atingiu 13,3% (com recorde de desalentados e menos pessoas com carteira assinada). O investimento caiu 15,4% e o consumo das famílias 12,5%. Com o crescimento de 0,5% das exportações de bens e serviços, só restou o gasto público (as medidas emergenciais) como compensação ao tombo do setor privado. No primeiro semestre deste ano, tendo por referência o primeiro de 2019, o PIB caiu 5,9%, com previsões de queda variando entre 5% e 5,5% para 2020. Como sempre, o setor financeiro se salvou dessa tragédia, beneficiando-se de medidas adotadas pelo governo Bolsonaro.

Recentemente, com suspensão do isolamento social e retorno do funcionamento de muitas atividades, ainda com grande incerteza com relação à evolução da pandemia, a economia passou a dar os primeiros sinais de reativação. A indústria, no mês de agosto, cresceu 8% em relação ao mês anterior, mas ainda não retornou ao nível de produção pré-pandemia; e o comércio e os serviços, setores mais afetados pelo isolamento social, estão retomando lentamente as suas atividades.

Como em todos os países, a tendência da economia brasileira a voltar a operar próxima aos níveis pré-crise sanitária é evidente; outra coisa, contudo, é a retomada do crescimento – que nem havia sido iniciada anteriormente – e a sua velocidade. No final

deste ano, e início do próximo, o décimo-terceiro dos aposentados, já antecipado, não contribuirá para alavancar o consumo; e o término da suspensão dos contratos de trabalho implicará dispensa de trabalhadores.

Adicionalmente, a retomada do ajuste fiscal permanente (o teto de gastos) voltou à ordem do dia: o auxílio emergencial teve o seu valor reduzido à metade (R\$ 300) e será extinto no fim do ano; a proposta orçamentária do governo para 2021 traz cortes na Saúde e na Educação; e o salário mínimo, pelo quarto ano consecutivo, não terá aumento real.

Retoma-se a mesma política econômica pré-crise, que deprime a demanda efetiva e joga todas as esperanças nas reformas neoliberais. Agora, é a Reforma Administrativa, que além de desmontar o Estado em geral, principalmente a sua dimensão social – precarizando a carreira de servidor público e quebrando a estabilidade funcional –, também impactará negativamente a demanda efetiva.

Resumindo: é muito provável que a economia continue com grande dificuldade de retomar o crescimento (e não apenas recuperar o nível de atividade pré-pandemia) e que a aprovação de Bolsonaro e seu governo volte a cair – impulsionada pela retomada do arrocho fiscal e pelo fim das medidas emergenciais, além da persistência de elevado nível de desemprego e da manutenção da política de arrocho do salário mínimo. E, agora, também, pela “inflação da cesta básica”.

* É professor titular da Faculdade de Economia da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

A pandemia e a saúde da economia

Antonio Corrêa de Lacerda*

A profundidade e extensão da crise econômica global dependem do desenrolar da crise sanitária e dos desdobramentos da crise política. As crises sanitária e econômica partem de uma origem global, da qual o nosso grau de influência é relativo. Isso porque a sua extensão depende da governança e das escolhas e capacidade de implementação das políticas econômicas.

Da mesma forma, no Brasil, a crise política gerada, dentre outros fatores, pela descoordenação revelada no enfrentamento da pandemia nos leva à retroalimentação da crise na economia e seus desdobramentos trágicos: a perda de vidas e o aprofundamento da depressão com todas as suas consequências.

O quadro econômico atual é trágico. O Produto Interno Bruto (PIB) do segundo trimestre deste ano registrou forte retração de 9,7%, na comparação com o trimestre imediatamente anterior. O

necessário isolamento social e a paralisação total ou parcial de atividades para conter o avanço da pandemia de Covid-19 respondem por grande parte das causas da recessão em curso.

O desafio, diante da inexistência de uma solução para a pandemia, tem sido o de criar protocolos minimamente seguros para a flexibilização das medidas de isolamento social. A maioria dos países que estão à nossa frente nesse processo tem incluído: preparação da estrutura de atendimento hospitalar, ampliação da testagem da população, educação e preparação da população para a nova fase; assim como o estabelecimento de protocolos dirigidos às diferentes atividades.

Há a necessidade de profundas alterações de padrões de comportamento para a nova fase, como a limitação para aglomeração de pessoas em eventos, o que praticamente inviabiliza, nos moldes adotados anteriormente, as atividades culturais, esportivas, de aprimoramento profissional, como congressos

e seminários, e de entretenimento. Mas isso, evidentemente, não os torna impossíveis de serem realizados, apenas não se desenrolarão nos moldes anteriores.

Nas grandes metrópoles prevalece o desafio da mobilidade. Ou seja, na flexibilização e afrouxamento do isolamento, como organizar o transporte público e o trânsito de pessoas de forma segura? Da mesma forma, é imprescindível coordenar a sequência do retorno, mesmo que parcial, das atividades. Por exemplo, como conciliar o retorno ao trabalho dos adultos sem uma alternativa para os cuidados com seus filhos, que permanecem nos lares em atividades remotas das escolas?

As mudanças em curso, por outro lado, têm aberto uma série de oportunidades: segmentos de infraestrutura e logística, equipamentos de informática e de banda larga para conexão, por exemplo, têm experimentado um verdadeiro *boom* de demanda. Da mesma forma, alimentos, produtos de higiene e limpeza, dentre outros, têm se beneficiado dos novos hábitos e necessidades diante do quadro decorrente da crise sanitária.

Por outro lado, as debilidades estruturais brasileiras, como a exclusão educacional e digital, a desigualdade de renda, as precárias condições de habitação nas periferias e a carência de saneamento e água potável, se escancaram frente à pandemia. Parte das debilidades apontadas, como a questão logística, por exemplo, conflita com a saída para o comércio online.

Isso porque, mesmo que as transações ocorram de forma virtual, a entrega se dá necessariamente pelo formato tradicional, o



que requer agilidade e segurança na distribuição e atendimento em domicílio.

Nesse sentido, a crise nos alerta para a urgência das medidas para amenizar, em um primeiro momento, e solucionar tais debilidades mediante um plano de ação. É, portanto, uma obrigação dos poderes públicos, mas que também exige um comprometimento da sociedade: empresários, trabalhadores, entidades representativas e ONGs.

Mesmo que venha a ocorrer, como os indicadores mais recentes denotam, um crescimento no terceiro trimestre, muito em função da baixa base de comparação do segundo, o resultado do ano deve ser negativo em cerca de 6%. A atual crise ocorre em um momento no qual a economia brasileira vinha apresentando nos três anos anteriores, 2017, 2018 e 2019, um baixo crescimento. Isso depois da recessão 2015-2016. Assim, o nível alcançado no segundo trimestre do ano denota que o PIB e a indústria estavam, respectivamente, 15% e 21% abaixo do nível de



2014. Mais grave ainda, os investimentos estavam 32% abaixo na mesma comparação. (Gráfico 1).

Portanto, a reação será difícil e longa, o que exigirá mudanças significativas na política econômica. O enorme déficit social brasileiro, escancarado e aprofundado pela pandemia, nos exige saídas ousadas.

A taxa de desocupação foi estimada em 13,3% em relação à População Economicamente Ativa (PEA) no trimestre de abril a junho de 2020. Com esse resultado, o IBGE estima que existiam 12,8 milhões de pessoas desocupadas no Brasil. Já a taxa de subutilização da força de trabalho em junho (percentual de pessoas desocupadas e subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas), que proporciona uma visão mais ampla da situação do mercado de trabalho, aumentou, sendo estimada em 29,1%, equivalente a 31,9 milhões de pessoas, aumento de 4,3 milhões em relação à estimativa do trimestre de janeiro a março de 2020.

No que se refere ao lado fiscal, o setor público consolidado apresentou um déficit primário de R\$ 81,1 bilhões em julho. No acumulado do ano, o resultado é deficitário em R\$ 483,8 bilhões. Já em 12 meses, o resultado primário do setor público foi deficitário em R\$ 537,1 bilhões (7,5% do PIB). Para 2020, o déficit primário pode superar R\$ 800 bilhões. Os juros nominais apropriados, que representam o custo de financiamento da dívida pública e impactam o resultado nominal, atingiram R\$ 5,8 bilhões em julho e R\$ 338,1 bilhões (4,7% do PIB) no acumulado em 12 meses. O resultado nominal, que inclui o resultado primário e os juros nominais, foi deficitário em R\$ 86,9 bilhões em julho e em R\$ 875,3 bilhões (12,2% do PIB) no acumulado em 12 meses (Gráfico 2).

Vale destacar que a ampliação do déficit e da dívida pública não é uma particularidade brasileira. A imensa maioria dos países tem padecido do mesmo problema, muito em função da necessária ação estatal via aumento dos gastos no enfrentamento dos efeitos da pandemia.

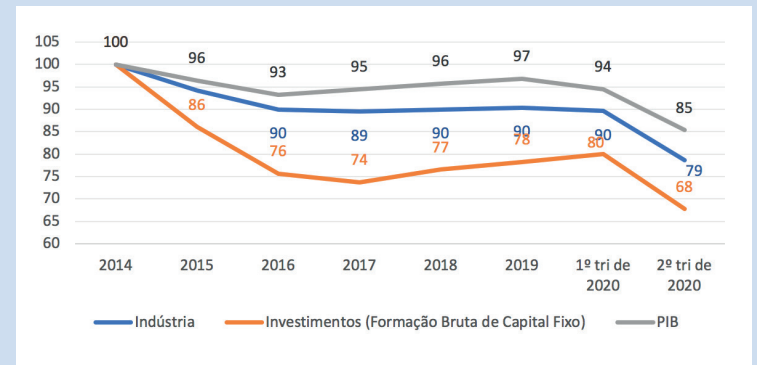
O Sistema Cofecon/Corecons, assim como todos os brasileiros, enfrenta o desafio de contrabalançar os impactos da crise sanitária. Com o engajamento e comprometimento das direções, conselheiros e do corpo funcional, tem sido possível cumprir nossa missão, apesar das adversidades.

Atendendo às determinações das autoridades, adotamos o trabalho remoto desde o final de março do corrente ano. Reuniões e demais atividades têm ocorrido de forma virtual. Este ano deveremos atingir a marca de 200 eventos, na maioria virtuais, envolvendo reuniões plenárias e de trabalho, encontros nacionais e regionais, seminários, oficinas de treinamento, *lives*, entrevistas e palestras, dentre outras.

São cerca de 20 comissões e grupos de trabalho, envolvendo temas relevantes mais relacionados à atividade profissional do economista, como carreira, formação e outras, mas também de temas amplos, como política econômica, reforma tributária, distribuição de renda, diminuição da desigualdade, dentre outras. A relação completa das comissões e grupos de trabalho está disponível no nosso site <http://cofecon.org.br/transparencia/files/comissoes/quadro.pdf>. É importante destacar que para contribuir com ideias, críticas e sugestões sobre a temática não é necessário ser membro. Todas as contribuições dos economistas são muito bem-vindas.

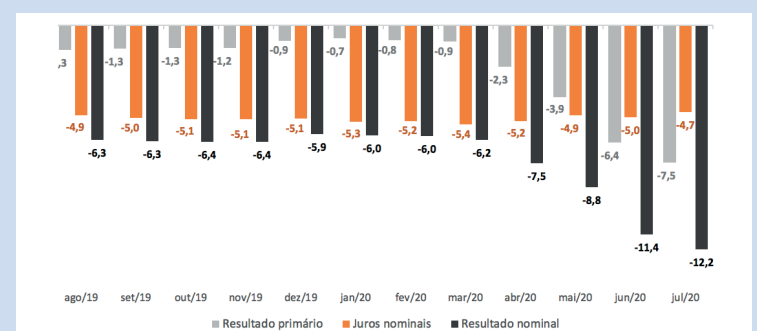
Diante da mais grave crise da nossa história, temos buscado, além de cumprir nossa função pre-

Gráfico 1 Evolução do PIB, da indústria e dos investimentos (índice base 2014=100)



Fonte: IBGE

Gráfico 2 Evolução do resultado primário, dos juros nominais e do resultado nominal (acumulado em 12 meses, em % do PIB)



* Setor público consolidado

Fonte: BCB / Elaboração: ACLacerda Consultores.

cípua de regulação e fiscalização da profissão, ampliar nossa participação no debate dos grandes temas nacionais e internacionais no que se refere à nossa área de atuação.

Este ano comemoramos o centenário de Celso Furtado. Formado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade do Brasil (atualmente Universidade Federal do Rio de Janeiro) no ano de 1944, curso posteriormente reconhecido como equivalente a Ciências Econômicas, e registrado como economista no Conselho Regional de Economia da 1ª Região – Corecon-RJ, sob o nº 848, no ano de 1958, Furtado é homenageado pelo Cofecon por suas grandes contribui-

ções ao pensamento econômico.

Que a visão de Celso Furtado, o mais proeminente economista brasileiro, nos inspire na viabilização de um projeto de Nação, capaz de retomar o crescimento inclusivo, que proporcione o desenvolvimento, econômico, social e ambientalmente sustentável.

* É presidente do Conselho Federal de Economia (Cofecon), mestre e doutor em Economia e professor doutor e diretor da Faculdade de Economia, Administração, Ciências Contábeis e Atuariais (FEA) da PUC-SP. Publicou, entre outros livros, *O Mito da Austeridade* (Editora Contracorrente, 2019). O autor agradece o apoio técnico do economista André Paiva Ramos na elaboração deste artigo.

A bastante particular conjuntura econômica brasileira: pandemia, risco de estagflação e crise prolongada



Marisa Silva Amaral*

Não parece haver dúvidas de que, em 2015, eleger-se o caminho da austeridade fiscal como a nova “Tina” (“*There is no alternative*”) dos discursos oficiais e, em 2016, isso se estabelece, de forma radicalizada, como agenda para o restabelecimento de um neoliberalismo ultraconservador (ou de um conservadorismo ultraneoliberal?), o que se reflete nas reformas levadas a termo nos últimos anos e nas que já estão a caminho.

Valendo-se da doutrina de contrainsurgência – anacronicamente resgatada dos discursos que agitaram a Guerra Fria – segundo a qual o espectro do comunismo ronda o Brasil e já teria mesmo se embrenhado no seio do Estado brasileiro desde a redemocratização, o governo Bolsonaro e seu grupo representativo constroem a narrativa de que é preciso “limpar” o aparelho estatal de ideologias que ameaçam a liberdade do povo brasileiro. Esta seria a senha para o projeto de desmonte que, embora já estivesse em curso, ainda carecia de maior enraizamento.

E não se iludam aqueles que fazem o “jogo do contente”: nem a crise ligada à pandemia do coronavírus nem as intervenções do governo na tentativa de contorná-la alterarão o projeto. Ao contrário, parecem justificar seu aprofundamento pa-

ra os filiados ao fiscalismo tosco do ministro Paulo Guedes.

E a menção feita aqui à crise sanitária não é fortuita. A pandemia se impõe num contexto em que a economia mundial ainda não se reergueu da crise financeira de 2008, o que traz enormes custos a economias dependentes como a brasileira. Talvez o mais substancial deles seja derivado da queda vertiginosa das taxas de juros das principais economias do globo como resposta à crise do *subprime*, sendo praticadas taxas de juros nominais inclusive negativas (!).

Isso faz com que se desdobre no Brasil uma trajetória de queda da taxa de juros básica a partir de 2016 (algo que, a propósito, já poderia ter se iniciado muito antes), alcançando hoje os 2% anuais. É claro que esta tendência foi posta, em parte, porque o quadro inflacionário brasileiro permitia a queda dos juros sem que houvesse comprometimento da regra monetária baseada no regime de metas de inflação. Mas, como economia dependente que somos, jamais podemos explicar o movimento das nossas taxas de juros sem levar em consideração o ambiente externo. A despeito de qual seja o estado da arte de nossos indicadores de fragilidade financeira e vulnerabilidade externa, sempre nos será imposta, de forma estrutural, uma taxa de juros que

preserve um diferencial frente àquilo que os juros internacionais remuneram, o que significa que nossos juros caem porque os juros internacionais também são baixos.

Este poderia parecer o cenário ideal àqueles que, desde sempre, assumem a redução nos juros básicos como panaceia para o crescimento (via barateamento do crédito a consumidores e empresas). As crises capitalistas têm nos mostrado que esta relação não é, de maneira alguma, automática. O mundo vivencia hoje uma conjuntura em que nem mesmo juros negativos têm sido capazes de incentivar o investimento privado, a demanda e o crescimento.

Para além disso, juros menores tendem a provocar uma desvalorização da taxa de câmbio, pois favorecem um movimento de saída líquida de capitais. No Brasil, desde março de 2015 o dólar não cai abaixo de R\$ 3,00 e a situação fica substancialmente mais dramática em março de 2020, a partir de quando a taxa fica sempre acima de R\$ 5,00. Isso vem trazendo implicações para os preços domésticos, particularmente no setor de alimentos. Num cenário de produção estagnada, a depreciação cambial traz enorme benefício aos exportadores, que tendem a direcionar sua produção ao merca-

do externo, criando carência de oferta de produtos para o mercado interno. O resultado quase imediato se explicita com o crescimento mais do que proporcional dos preços da cesta básica em relação aos preços de outros produtos.

Adicionalmente, o câmbio desvalorizado encarece as importações, induzindo também a aumento no nível geral dos preços domésticos, já que a estrutura produtiva da economia brasileira é pesadamente dependente de importados, cuja apreciação implica um aumento dos custos internos, via de regra repassado aos preços ao consumidor final.

[Fica o adendo de que, portanto, é falacioso afirmar que os preços de alguns produtos básicos foram elevados em razão de um suposto excesso de demanda provocado pelo auxílio emergencial de R\$ 600,00 concedido pelo Congresso Nacional e executado pelo Governo Federal. Nada mais absurdo!]

Com isso, parece que se desenha no Brasil uma dinâmica que foge à tendência de que os preços sejam pró-cíclicos, já que a restringida capacidade de demanda oriunda da própria depressão econômica não tem sido capaz de pressionar os preços para baixo (ou, pelo menos, de mantê-los estáveis). Parece que estamos hoje claramente expostos à desconcertante possibilidade de uma estagflação (que combina recessão com crescimento da inflação), o que evidencia de maneira cristalina a desconfiança dos capitais internacionais à estratégia do governo (ou à falta dela), sobretudo no enfrentamento à crise pandêmica.

Diante disso, nos cabe pensar em saídas possíveis a este imbróglie e buscar entender as razões pelas quais não são esses os caminhos que o governo vem perseguindo.

Em primeiro lugar, posta a subida de preços como consequência da desvalorização cambial, parece óbvio que o encaminamento imediato seria o de tentar contê-la, sobretudo com mecanismos de mercado ou controle de capitais que envolvessem uma imediata interferência no mercado de câmbio. Se não por aí, uma segunda alternativa seria a concessão de subsídios direcionados às pequenas e médias empresas dos setores ligados à produção de mercadorias que compõem a cesta básica – incluída aqui a agricultura familiar –, deixando de fora, obviamente, o grande capital, que tem alto poder de concentração e que, por isso, sofre menos com a concorrência, garantindo maior margem na determinação de preços. Para além do fato de as pequenas e médias empresas serem proporcionalmente as que mais empregam e, por isso, dinamizam a demanda, parece claro que subsídios à produção, por reduzirem custos, têm potencial para provocar uma baixa de preços. Uma terceira via seria a garantia de aumento do poder de compra dos indivíduos e famílias, de modo a viabilizar o consumo de mercadorias agora mais caras.

A lástima é que nenhuma dessas saídas vai além do circunstancial, e ainda há aquelas que sequer aparecem no horizonte. Com a pandemia, o auxílio emergencial foi fundamental para garantir a subsis-

tência das pessoas, mas definitivamente insuficiente em razão de seu valor reduzido (a agora ainda mais rebaixado depois de vencidas as primeiras parcelas transferidas pelo governo, que não dá indícios de que vá estender o auxílio para 2021). A política monetária anticíclica feita para ampliar a oferta de crédito para as pequenas e médias empresas foi inócua, porque feita via bancos privados, cujas exigências se mostraram impraticáveis pelas empresas, e o crédito ofertado terminou empilhado no sistema bancário. O resultado, como se sabe, foi aumento do desemprego, da informalidade e restrição ao consumo. Quanto ao resto, exigiria que se pusesse à mesa o debate intocado sobre a estrutura tributária e as despesas financeiras do Estado brasileiro e, com isso, os privilégios auferidos pelos setores dominantes dentro do bloco no poder e seus associados estrangeiros.

O liberalismo cínico, mal-intencionado ou autorreferenciado do ministro da Economia é samba de uma nota só e capaz apenas de vislumbrar o ajuste que se dá pelo lado dos gastos com claro componente dinâmico. E nosso palpite aqui – já enunciado nas linhas iniciais – é o de que, ainda que tenha descoberto que os gastos sociais e os programas de transferência de renda garantam popularidade, apoio e votos, o governo Bolsonaro não deve sair do tom por muito tempo – à diferença do que vem sendo feito por quase todas as outras economias do mundo.

Antes da crise sanitária, a opção já era a do aprofundamen-

to dos ajustes e reformas como saída para a crise fiscal do Estado. Depois da crise sanitária – e mesmo por conta dela – tudo indica que a estratégia prossegue. Foram reforçadas as declarações quanto à necessidade de ampliação do programa de privatizações para que seja retomado o investimento privado. O Ploa (Projeto de Lei Orçamentária Anual) de 2021 foi submetido com cortes de gastos e benefícios a setores com pouco impacto dinamizador do crescimento econômico. A Reforma Administrativa enviada ao Congresso Nacional nos primeiros dias deste mês de setembro sinaliza para um desmonte do Estado. E a mais recente declaração de Bolsonaro de que “não se fala mais em Renda Brasil neste governo” joga por terra qualquer expectativa de que se implemente um programa de renda mínima universal, como veio sendo ventilado nos últimos meses.

Tudo isso já viria de qualquer maneira. Antes sob o mote do déficit fiscal produzido pelos governos anteriores. Agora sob o mote de que este governo extrapolou gastos em razão da crise do coronavírus, piorando muito a situação fiscal, que passa a carcer de esforço redobrado para que se recupere o equilíbrio. Diante disso, o cenário prospectivo, que já era ruim, agora é péssimo, a superação da crise parece muito distante e suas consequências tremendamente nocivas para a classe trabalhadora brasileira.

* É professora associada do Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia (Ieri/UFU) e vice-presidente da Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP).

O crescimento passa longe

Adhemar S. Mineiro*

Adivulgação, no primeiro dia de setembro, dos números do PIB brasileiro para o segundo trimestre do ano de 2020, com um recuo inédito de 9,7% em relação ao trimestre anterior e de 11,4% em relação a um ano antes, chamou a atenção dos analistas para algumas coisas que às vezes ficam escondidas pelo discurso oficial. Não se tratava de uma “gripezinha”: a economia brasileira estava na UTI, e em estado grave.

Em primeiro lugar, vale observar a revisão feita nos núme-

ros do IBGE para o primeiro trimestre do ano, o imediatamente anterior ao da vigorosa marcha à ré da Covid-19 e do isolamento social, que ficou caracterizada no segundo trimestre do ano. O IBGE revisou os números daquele período, de um recuo de 1,5% para um recuo ainda mais agudo, de 2,5%. O primeiro número já servia para alertar que, longe da “decolagem” avaliada pelo ministro da Economia Paulo Guedes, a economia já se encontrava em um mergulho acentuado da produção. Sem a revisão, a decolagem já tinha virado queda. Com a re-

visão, virou tombo. Ou, seguindo na analogia, já estava na UTI no primeiro trimestre, antes dos efeitos da Covid-19 sobre a economia se fazerem sentir mais de perto, a partir do fim de março.

Olhando por setores, o segundo trimestre de 2020 não apresentou grandes novidades. Enquanto os serviços caíam na mesma proporção do PIB, 9,7%, a indústria despencava 12,3%. Ou seja, na crise a chamada desindustrialização – perda, absoluta ou relativa, do peso da indústria no produto nacional – continuava. A agropecuária, que tinha avançado 0,6% no primeiro trimestre do ano, avança nesse período 0,4%, ou seja, uma dinâmica melhor do que os outros dois setores, mas evidentemente longe de condições de frear a queda do PIB trimestral, já que o setor agrícola não tem esse peso na economia brasileira.

Visto pela ótica da demanda, o consumo das famílias, que explica mais de dois terços do PIB, recuou 12,5%, e o investimento, que normalmente é o que tem a capacidade de dar a dinâmica do processo, recuou 15,4%. O consumo do governo recuou 8,8%, apesar do aumento dos gastos no período com saúde – ou talvez por esse aumento não tenha caído tanto. Por outro lado, na área do setor externo, enquanto as importações recuaram 13,2%, as exportações aumentaram modestos 1,8%, ampliando o saldo comercial e gerando algum dinamismo, mas resultado insuficiente para alavancar a economia nacional, em especial uma economia grande como a



brasileira, onde o setor externo, por si só, é incapaz de gerar dinamismo suficiente para mover a economia como um todo.

De qualquer forma, além da explicitação do recuo, fica evidente, combinando os números, que a agropecuária exportadora é o único setor que vai passando de fininho pela crise de gigantescas proporções que se abate sobre a economia nacional. Pode se entender afinal como positivo, não é?

Talvez não. Como estamos vendo nesse momento, quando começam a ser divulgados números da subida dos preços, a temida inflação parece ter sido o efeito do dinamismo alavancado pelo setor externo do agronegócio. De um lado, a avidez do agronegócio pelo setor externo e a desvalorização do real frente às moedas internacionais, que vinha desde o fim do ano passado, incentiva as exportações pelo barateamento dos preços dos produtos exportados em dólar, mas ao mesmo tempo dolariza o



Tabela 1

Inflação por faixa de renda (Em %)					
	Variação mensal			Variação acumulada	
	jun/20	jul/20	ago/20	Ano	Em doze meses
Renda muito baixa	0,32	0,38	0,38	1,53	3,2
Renda baixa	0,31	0,36	0,38	1,15	2,87
Renda média-baixa	0,27	0,36	0,37	0,78	2,42
Renda média	0,26	0,35	0,25	0,52	2,25
Renda média-alta	0,26	0,31	0,13	0,45	2,06
Renda alta	0,21	0,27	-0,1	-0,07	1,54

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac)/Ipea.¹

preço dos produtos exportados (soja, carnes, arroz, milho, açúcar, álcool, etc.), fazendo com que os preços no atacado subam aqui dentro.

Por outro lado, o programa de auxílio emergencial garante um aumento de renda a quem o recebe, possibilitando aos mais pobres ir com mais sede ao pote do consumo, consumo esse baseado especialmente em bens essenciais, como alimentos, e por isso tem proporcionado o espaço para a subida dos preços dos alimentos (já que os produtores fixam seus preços pelo mercado externo e a renda emergencial acaba sancionando os movimentos de aumento de preços dos produtos aqui dentro, aí incluídos os preços dos produtores e a recomposição das margens de lucros dos intermediários e distribuidores, como atacadistas e supermercados).

Ou seja, adentramos rapidamente o pior dos mundos, com recessão e subida de preços de bens essenciais ao mesmo tempo. O mais complicado, como têm mostrado os números de inflação, é que essa subida é mais acentuada para os mais pobres.

E a sinalização para a frente não é das melhores. Aparentemente, os resultados do PIB só não foram piores por conta de pelo menos três fatores. De um lado, o auxílio emergencial foi afinal definido pelo Congresso, em sua queda de braço com o governo Bolsonaro, em um nível (R\$ 600) em que de fato pode ser chamado de um auxílio, e não de uma esmola, e teve algum impacto sobre o consumo. De outro lado, o dinamismo do setor externo deu afinal algum fôlego, apesar de pequeno (embora, como vimos, com reflexos sobre preços). E um terceiro elemento, a ampliação de gastos por conta da pandemia, em especial nos níveis subnacionais (estados e municípios), mas com apoio federal, representou um aumento de gastos meio paradoxal, uma política keynesiana acidental implementada por um governo que se afirma e reafirma radicalmente liberal, mas que evidentemente anestesiou a dor de uma crise econômica mais aguda.

A má notícia é que desses, deve sobrar apenas o dinamismo do setor externo (o

que é sempre uma aposta, em um mundo convulsionado pelo duelo de gigantes entre China e EUA) – que é, como já dito aqui, insuficiente para alavancar o crescimento de uma economia como a brasileira. Além disso, como vimos antes, parte importante desse dinamismo vem do agronegócio e tem como efeito interno a elevação dos preços dos alimentos.

Dos outros pontos, vem um alerta em relação ao futuro da atividade econômica. Em uma das componentes, o programa de concessão de renda, o governo federal está tratando de reduzir, e posteriormente eliminar, o auxílio emergencial (o que ainda pode ser alterado pelo Congresso). Assim, se efetivada a redução em um primeiro momento, e posteriormente a eliminação do programa, será um freio importante a um desempenho menos catastrófico da economia, em especial porque a economia não demonstra tração para gerar emprego e renda em seu conjunto. De outro lado, o posicionamento do Ministério da Fazenda na defesa do teto de gastos implica uma dramática redução do gasto públi-

co ao longo dos próximos meses, um ajuste fiscal absolutamente selvagem se levado a cabo. Nesse quadro, a “recuperação em V” do ministro Paulo Guedes deve cair no rol de frases retóricas do ministro, como a ideia da decolagem do crescimento, a venda de imóveis públicos que zeraria o déficit público, ou a chegada massiva de investimentos internacionais no país.

Perdendo os principais componentes que evitaram uma queda mais acentuada até aqui, e que devem inclusive permitir algum alívio na divulgação dos números dos dois últimos trimestres do ano, a situação para o ano que vem deve ficar ainda mais complicada. Apostas mais firmes a respeito da tragédia só não podem ser feitas neste momento porque são vistos embates importantes na definição tanto do programa de renda (afinal, o presidente parece ter percebido que programa de renda para os mais pobres gera popularidade) quanto dos gastos públicos (o apoio político no Congresso, que o governo federal está barganhando com a aproximação política com o setor conhecido como “Centrão”, não se faz sem apoio financeiro aos projetos deste setor no parlamento) dentro do atual governo, o que tem que ser acompanhado no próximo período.

* É economista, membro da Coordenação da Abed-RJ (Associação Brasileira de Economistas pela Democracia), doutorando do PPGCTIA-UFRRJ e assessor da Rebrip (Rede Brasileira pela Integração dos Povos).

¹ IPEA, Carta de Conjuntura, n.º. 48, 3º. Trimestre de 2020. A mesma Carta, na Tabela 3, define as faixas de renda.

Estamos precisando de uma nova economia



Ladislau Dowbor*

Já muito antes da pandemia, com a convergência das crises ambiental, social, política e econômica, a busca de um novo pacto pelo desenvolvimento estava se generalizando. Aqui apresentamos alguns princípios que estão norteando a discussão.

A visão de que a Ciência Econômica é uma ciência que estuda leis que regem os mecanismos da economia é enganadora. Trata-se de regras do jogo que a sociedade adota ou rejeita, ou vai adequando à medida que o mundo se transforma. Nesse sentido, trata-se de mais uma dimensão das ciências sociais, sujeita a todas as variações políticas e culturais. Justificar a desigualdade, por exemplo, ou as fortunas de intermediários financeiros como sendo resultado de inevitáveis leis econômicas constitui uma fraude científica. O *New Deal* de Roosevelt e o *Welfare State* do pós-guerra constituíram pactos que a sociedade adotou. Trata-se de escolhas da sociedade. Podemos perfeitamente democratizar a sociedade em termos econômicos.

O conceito de crescimento é muito estreito. As regras do jogo e os pactos sociais devem ser estabelecidos no sentido de se assegurar uma sociedade economicamente viável, socialmente justa e ambientalmente sustentável, o chamado *triple bottom line* que define os rumos. Detalhado em diversas épocas como Nosso Futuro Comum, Metas do Milênio ou Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (Agenda 2030), esse triplo objetivo econômico, social e ambiental constitui a base sobre a qual devem ser desenhadas as regras do jogo que nos viabilizem como humanidade e co-

mo planeta. Preconizar a liberdade é essencial, mas liberdade sem ética, com atores sociais muito desiguais, leva-nos às tragédias que hoje constatamos. A ausência ou fragilidade das regras gera o caos.

Os objetivos econômicos, sociais e ambientais não podem ser dissociados dos mecanismos de gestão. A própria democracia política não funciona se não houver uma razoável democracia econômica. Hoje as corporações se apropriaram dos mecanismos de concorrência, dos processos políticos, e criaram inclusive sistemas jurídicos paralelos. A comunicação social e o tão vital acesso à informação são hoje controlados por corporações de formação de opinião pública. Uma sociedade que funcione precisa resgatar o equilíbrio entre o Estado, as empresas e a sociedade civil, tripé básico da gestão, tão importante quanto o tripé de objetivos. As privatizações, que consistem na apropriação privada de bens públicos, apenas aprofundam o desequilíbrio. O poder descontrolado dos interesses corporativos desarticula o sistema. A busca de maximização individual de vantagens, numa sociedade desigual, leva à barbárie.

As absurdas simplificações das teorias econômicas herdadas, baseadas num personagem fictício que buscava racionalmente a maximização de vantagens individuais, divorciaram a economia dos objetivos de melhoria do bem-estar da sociedade. O vale-tudo baseado na liberdade de qualquer pessoa, grupo ou corporação se apropriado que possa conseguir, conquanto esteja dentro da lei, deforma os valores básicos do convívio social, ao transformar a capacidade de arrancar mais riqueza em critério so-

cial de sucesso. A economia precisa voltar a ser organizada em função do ser humano realmente existente, com suas dimensões sociais e sua riqueza de motivações.

Um princípio ético básico é que todos devem ter acesso ao necessário. O PIB mundial de 2019 foi de US\$ 85 trilhões, para uma população de 7,8 bilhões de pessoas, o que significa que produzimos, como ordem de grandeza, 18 mil reais de bens e serviços por mês e por família de 4 pessoas. O que produzimos no mundo permite assegurar, com uma moderada redução da desigualdade, vida digna e confortável para todos. O equivalente para o Brasil, com um PIB de 7,3 trilhões de reais e uma população de 212 milhões, seria de 11 mil reais. Nosso desafio não é produzir mais, mas distribuir de maneira equilibrada. Entre março e julho de 2020, em plena pandemia, em 4 meses, 42 bilionários (em dólares) brasileiros aumentaram as suas fortunas em 180 bilhões de reais, o equivalente a 6 anos de Bolsa Família. São isentos de impostos. A economia se tornou sistemicamente disfuncional: é a legalidade divorciada do que é legítimo.

A lógica básica do sistema capitalista se deslocou em profundidade, na sua base técnica. O empresário tradicional, corretamente denunciado por Marx por explorar os trabalhadores, pelo menos produzia bens e serviços úteis para a sociedade, gerava empregos e pagava impostos. O sistema financeiro fomentava a dinâmica ao canalizar as poupanças para financiar o consumo das famílias e os investimentos produtivos. Os impostos gerados permitiam financiar o funcionamento do Estado, e em parti-

cular as infraestruturas, que melhoram a produtividade das empresas, e as políticas sociais que asseguravam, com o Estado de bem-estar, o acesso aos bens de consumo coletivo, como saúde, educação, segurança e semelhantes. O sistema, na sua fase de economia de bem-estar, apesar das tensões, funcionava.

Com a financeirização, as políticas de moeda e crédito se transformaram em mecanismos de apropriação do excedente produzido pela sociedade. O dinheiro impresso pelos governos representa menos de 10% da liquidez em circulação: é hoje essencialmente emitido por bancos, sob forma de sinais magnéticos. A apropriação corporativa das políticas de moeda e crédito e a facilidade de manejo e transferência, inclusive internacional, da moeda imaterial aumentaram de forma exponencial a apropriação do excedente por meio do endividamento das famílias, das empresas e dos Estados. O rentismo dos grupos financeiros se tornou um poderoso mecanismo de apropriação do produto social por agentes improdutivos.

Por sua vez, a separação entre quem administra a empresa e os acionistas que são proprietários – detentores de ações e de diversos tipos de papéis que trocam diariamente de dono segundo as flutuações dos mercados – colocou no centro do processo decisório empresarial o objetivo de maximizar o rendimento dos acionistas, deixando para segundo plano os interesses ambientais, sociais e inclusive da expansão da própria empresa. Maximizar o rendimento das ações em geral significa também aumentar a remuneração e os bônus dos próprios administradores. O lucro e reinvestimento produtivos foram em grande parte substituídos pelas aplicações financeiras, gerando divi-

dendos e o rentismo correspondente.

O impressionante travamento econômico planetário numa época de expansão muito acelerada de tecnologias, que melhoram a produtividade, resulta dessa apropriação do excedente por agentes econômicos não produtivos, tanto pelos mecanismos do endividamento como pelos dividendos pagos aos acionistas. É o que tem sido qualificado de processo de financeirização, que gera, por sua vez, o capitalismo extrativo (*extractive capitalism*). Ao se referir à dominação do sistema financeiro sobre os processos produtivos, os americanos comentam que hoje “o rabo abana o cachorro”. O neoliberalismo constitui, nas palavras de Joseph Stiglitz, um rotundo fracasso.

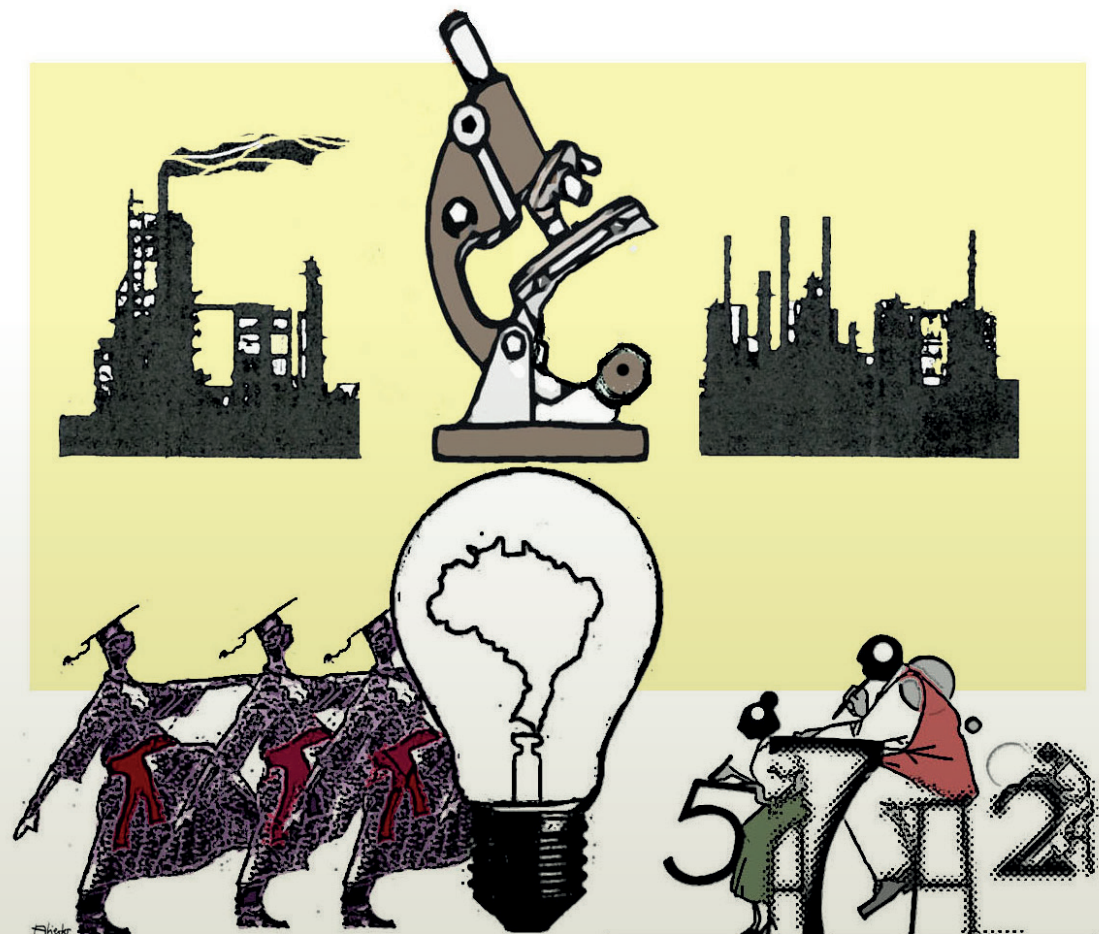
Os caminhos são conhecidos, bastando olhar as experiências que funcionam e os potenciais das novas tecnologias. Ao orientar os re-

ursos para a base da sociedade, dinamiza-se o consumo das famílias, o que estimula as atividades empresariais, que trabalham no Brasil com capacidade ociosa de 30%, justamente por falta de demanda e por juros abusivos. O aumento do consumo das famílias gera receita para o Estado (40%, por imposto sobre o consumo), e a dinamização das atividades empresariais também gera receita para o Estado (impostos sobre os processos produtivos), resultando em superávit. As receitas mais elevadas do Estado permitem financiar as políticas sociais (educação, saúde, segurança etc.), essenciais para o bem-estar das famílias, e infraestruturas, que melhoram as atividades das empresas. Neste ciclo virtuoso, as contas fecham.

Não há nada de novo aqui em termos de economia aplicada, e o sistema funciona em numerosos pa-

íses, com sistema tão diferentes como o Canadá, a China, a Coreia do Sul ou o Vietnã. A economia que funciona é a que organiza os seus recursos financeiros, tecnológicos, administrativos – e em particular a sua mão de obra – em função do bem-estar da sociedade. A farsa do neoliberalismo, do Estado mínimo, da privatização, do déficit público e do merecimento dos rentistas financeiros é apenas isso: uma farsa. A pandemia apenas escancarou o que já estava se tornando óbvio.

* É professor titular de Economia e Administração na pós-graduação da PUC-SP, consultor de várias agências da ONU e autor de numerosos livros e estudos técnicos disponíveis em dowbor.org. *A Era do Capital Improdutivo* e outros livros estão disponíveis sob forma de curtos vídeos no site do autor e no Youtube. Último livro: *O Capitalismo se Desloca*. Contato: ladislau@dowbor.org



Educação carioca: descaso e a pandemia

Diante das polêmicas a respeito da Educação no Município do Rio de Janeiro em função do possível retorno das aulas no segundo semestre de 2020, atrelado à demora do provimento dos cartões de alimentação para os alunos da rede municipal, neste artigo abordaremos como a administração pública carioca vem reagindo nessa área durante a pandemia.

Nosso estudo abarca um levantamento histórico da função Educação nos últimos 10 anos até o primeiro semestre de 2020, bem como análises do gasto com o mínimo constitucional da Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) e da arrecadação e execução das principais fontes de recursos vinculadas à educação. Por fim, exploramos os impactos da pandemia na educação municipal em 2020, com enfoque na questão da distribuição da merenda escolar em meio à suspensão de aulas.

Os dados foram coletados nos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária (RREO) – Demonstrativo das Receitas e Despesas com MDE, Relatórios do Tribunal de Contas do Município (TCM-RJ) e no portal Contas Rio. Os valores encontram-se deflacionados de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo de julho de 2020.

Histórico da função Educação

A evolução dos gastos municipais com a função Educação, como disposta no gráfico 1, demonstra uma queda da tendência no aumento do valor liquidado em 2014, que pode ser atribuída à redução de 30% nos gastos de custeio e manutenção¹ (foram de R\$ 1,8 bilhão para R\$ 1,3 bilhão).

Boa parte dessa redução está associada à extinção do Programa de Melhoria Física nas Unidades Escolares da Rede Municipal, criado em caráter excepcional no ano de 2013 com a finalidade principal de finan-

ciar a climatização de escolas, creches e espaços de desenvolvimento infantil. Além disso, foi verificada em 2014 a contração de 82% nos gastos com transporte escolar, uniformes e material escolar de uso didático e de 72% nas despesas de custeio da ação relacionada às Escolas do Amanhã².

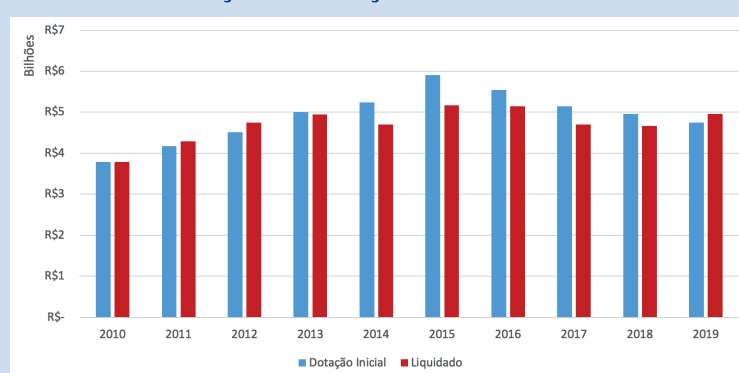
O crescimento da despesa no exercício seguinte veio por via dos investimentos, que triplicaram e atingiram o valor máximo de R\$ 646 milhões. Como consequência, o ano de 2016 apresentou grandes avanços na ampliação da infraestrutura do sistema educacional e foram divulgadas no Relatório de Gestão e Avaliação do Plano Plurianual a inauguração ou reforma de mais de 80 instituições de ensino.

Contudo, com a frustração de receita assolando as contas públicas da cidade em 2017, o valor investido foi reduzido para 95% a menos do que no ano anterior. Paralelamente, apenas uma meta de construção ou reforma de escolas foi realizada neste ano e a despesa total sofreu queda de R\$ 441 milhões. Tal movimento também pode ser associado à contenção de despesas que tradicionalmente acompanha o primeiro ano de um novo mandato, como foi o caso para Marcelo Crivella.

A contratação de mais de 2 mil profissionais de educação temporários em 2019³ se refletiu em outro aumento na execução orçamentária, dessa vez via acréscimo de R\$ 311 milhões nas despesas de pessoal do ano. Enquanto isso, as despesas de custeio continuaram estagnadas e o investimento caiu novamente.

Por outro lado, o valor liquidado no 1º semestre de 2020 ficou no mesmo patamar ou foi até mesmo menor do que o observado no mesmo período dos últimos quatro exercícios. Isso revela que o poder público não concentrou esforços para a mitigação dos efeitos da pandemia, seja através da adaptação do ensino ou de sua via-

Gráfico 1 - Função Educação de 2010 a 2019



Fonte: Relatório Resumido de Execução Orçamentária.

bilização para estudantes de famílias mais vulneráveis, que não possuem equipamentos e estrutura para se adequarem ao ensino remoto.

Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE)

O orçamento municipal de educação também pode ser analisado a partir da vinculação orçamentária da MDE, que abarca gastos voltados “à consecução dos objetivos básicos das instituições educacionais de todos os níveis”⁴ e compõe grande parte da função Educação⁵. Nos municípios, a despesa com MDE deve ser correspondente a pelo menos 25% da receita líquida de impostos. A criação desse mínimo constitucional reflete uma necessidade de priorização do gasto público com educação, essencial para fomentar a redução da desigualdade em todos os âmbitos.

Nesse sentido, podemos acompanhar a execução dos objetivos básicos da educação a partir do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Enquanto na rede de ensino municipal carioca, o Ideb nas primeiras séries do ensino fundamental passou de 5,1 em 2009 para 5,7 em 2017, nas cidades de São Paulo e Belo Horizonte ele foi de 4,7 para 6,0 e de 5,3 para 6,3, respectivamente. Isto é, não só os municí-

pios próximos ao Rio têm um índice maior, como sua evolução no tempo foi mais expressiva.

Entretanto, isso não parece resultar num aumento da diligência governamental em relação a essa área. Conforme exposto na tabela 1, chama atenção que os valores referentes ao percentual aplicado e ao montante em reais despendido com MDE divulgados pela Controladoria Geral do Município (CGM) em seus relatórios oficiais foram sempre maiores do que os apurados pelo TCM-RJ. De acordo com os pareceres publicados pelo Tribunal, isso ocorre pelo fato da CGM distorcer valores para realizar o cálculo através, por exemplo, da inclusão de gastos com contribuição previdenciária complementar⁶.

Quanto ao cumprimento do mínimo constitucional, verificamos que este foi respeitado em todos os anos analisados, apesar de quase não ter sido excedido de forma significativa. Em 2017, foi verificado o maior percentual aplicado, 29,33%, o que pode ser explicado pela queda da receita de impostos nesse período. Já os valores absolutos dos gastos com MDE se demonstraram instáveis e levam a crer que a variação do gasto efetivo ao longo da série, em sua maior parte, somente acompanhou a variação da receita de impostos.

Principais fontes vinculadas à educação

Entre as fontes de recursos vinculadas à educação, verificamos que as que apresentam maior repasse são o Salário-Educação, o Plano Nacional de Alimentação Escolar (Pnae, que tem fonte de recursos denominada Transferências do Governo Federal para Merenda Escolar) e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Ao todo, verificamos a partir do gráfico 2 a arrecadação de R\$ 3,1 bilhões em recursos dessas três fontes que não foram empenhados ao longo da série. Ademais, percebe-se que o ano com mais recursos em caixa não empenhados, R\$ 792 milhões em 2014, é justamente o de maior queda nas despesas da função Educação. A grande discrepância entre os valores nesse ano se deve principalmente à diferença de R\$ 295 milhões entre o montante arrecadado e empenhado na fonte Salário-Educação.

A chegada do novo coronavírus ao Brasil e a consequente suspensão das aulas nas escolas municipais desde o dia 16 de março de 2020 trouxe uma necessidade de reestruturação da educação pública. Sendo assim, vejamos a seguir qual foi o impacto dessa medida no orçamento e como a Prefeitura tem lidado com a conjuntura atual.

Os impactos da pandemia na educação municipal

Uma questão urgente a ser resolvida pelo poder público em 2020 foi referente às famílias dependentes da alimentação provida nas escolas municipais. Com a suspensão das aulas, foi dever do governo pensar alternativas para esse fornecimento e executá-las rapidamente. É válido ressaltar que a merenda é uma importante aliada no combate à evasão escolar e representa um forte atrativo para os alunos, uma vez que muitos deles fazem suas principais refeições na escola.

No dia 18/08, a prefeitura anunciou que iniciaria em 21/08 a distri-

buição de cartões alimentação aos responsáveis por todos os 641 mil alunos matriculados na rede municipal. No próprio dia 21/08, foram distribuídos 20 mil cartões para os inscritos na Educação Especial, que tiveram prioridade, e desde 24/08 estão sendo distribuídos para os demais estudantes⁷. Contudo, muitas foram as reclamações quanto à demora e falta de eficiência no fornecimento de alimentação durante o isolamento, seja por meio de cestas básicas ou dos referidos cartões.

Sendo assim, de forma a analisar os gastos municipais relacionados à merenda durante a pandemia, coletamos dados da arrecadação do Pnae no primeiro semestre⁸ e o comparamos com o total liquidado referente a essa fonte de recurso (gráfico 3). É importante lembrar que o Pnae constitui um repasse federal para alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional a estudantes de todas as etapas da educação básica pública.

Os maiores valores arrecadados da série encontram-se no ano de 2019, R\$ 42,5 milhões, e 2020, R\$ 42,3 milhões. Ainda assim, o exercício de 2020 teve o menor valor liquidado do período. Considerando que a fase de liquidação da despesa exprime a efetiva entrega do respectivo bem ou serviço para a população, é preocupante que sua redução ocorra em um momento que pede urgência na execução, como na crise desencadeada pela pandemia.

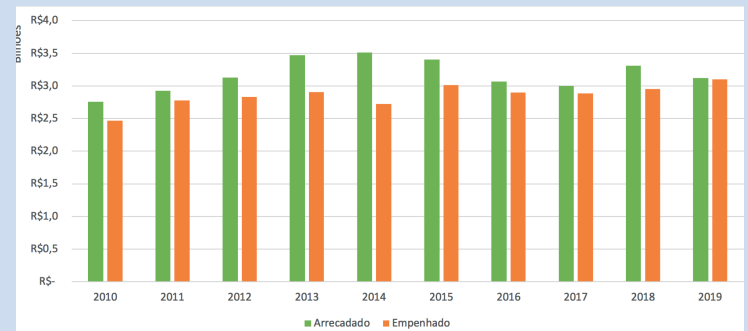
Ressalta-se que até setembro de 2020 foram empenhados recursos do Pnae no valor de R\$ 51,2 milhões, 76% dos R\$ 67,7 milhões arrecadados. Assim, há um montante de R\$ 16,5 milhões em caixa que poderia ter sido utilizado para o provimento de alimentação aos estudantes e não foi. Além disso, os empenhos foram realizados nas ações “merenda escolar” (R\$ 21,1 milhões) e “aquisição de material didático” (R\$ 30,1 milhões); a execução dos recursos do Pnae nessa última ação configura uma descaracterização do orçamento, uma vez que tais

Tabela 1 – Despesas com MDE

Ano	CGM (%)	TCM-RJ (%)	Em milhões de R\$		
			CGM [I]	TCM-RJ [II]	[I] - [II]
2010	28,40%	25,04%	R\$ 3.967	R\$ 3.879	R\$ 88
2011	25,31%	25,00%	R\$ 3.813	R\$ 3.767	R\$ 46
2012	25,68%	25,27%	R\$ 4.107	R\$ 4.042	R\$ 65
2013	25,40%	25,02%	R\$ 4.500	R\$ 4.434	R\$ 66
2014	25,42%	25,02%	R\$ 4.361	R\$ 4.292	R\$ 69
2015	25,82%	25,43%	R\$ 4.297	R\$ 4.233	R\$ 64
2016	28,95%	28,71%	R\$ 4.537	R\$ 4.499	R\$ 38
2017	29,82%	29,33%	R\$ 4.459	R\$ 4.386	R\$ 73
2018	26,92%	26,58%	R\$ 4.195	R\$ 4.143	R\$ 52
2019	28,58%	-	R\$ 4.629	-	-
			Soma da diferença = R\$ 561		

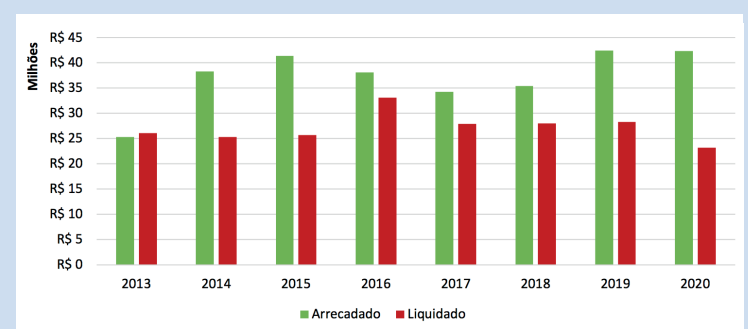
Fonte: Demonstrativo das Receitas e Despesas Com MDE (RREO) e Relatórios do TCM-RJ.

Gráfico 2 – Valor agregado arrecadado com e empenhado através das fontes de recursos Salário-Educação, Pnae e Fundeb



Fonte: Contas Rio

Gráfico 3 – Valores arrecadados e liquidados a respeito do Pnae no primeiro semestre.



Fonte: Contas Rio.

recursos não estão relacionados à finalidade dessa ação.

Outro ponto importante é que apenas 76% do total arrecadado até agosto de 2020 com as transferências referentes ao Salário-Educação – fonte de recursos que tem sido usada pelo município para atender a demanda populacional por alimentação durante a pandemia – foi revertido em despesa liquidada.

Analisamos ainda os remanejamentos realizados em 2020, do início de março, quando começaram as preocupações com a pandemia, até o final de agosto. Os ditos remanejamentos correspondem à movimentação de recursos orçamentários, quando se pretende realocar créditos orçamentários dentro de uma mesma categoria de programação prevista na lei orçamentária anual ou entre uma categoria de programação e outra.

Dentro da função Educação, a ação “merenda escolar” foi uma das que mais sofreu com a retirada de créditos, na ordem de R\$ 44 milhões. Grande parte desses cancelamentos foi acrescida à ação de “aquisição de material didático”, que tem sido utilizada pelo governo para executar gas-

tos referentes à merenda escolar.

Considerações Finais

A trajetória da educação municipal nos revela que a desaceleração do avanço na qualidade de ensino se relaciona diretamente com os movimentos realizados pelo poder público, seja na sua recorrente limitação ao aplicar valores que ultrapassem significativamente o mínimo constitucional ou nas múltiplas tentativas de se burlar seu cálculo.

Ademais, existe ainda uma sobra constante de recursos em caixa nas principais fontes vinculadas à educação, visto que sua arrecadação é sempre maior do que o montante que o governo se compromete a gastar através delas. Considerando que essas fontes não podem ser gastas com outro tipo de despesa que não a educação, isso reflete uma má administração das contas públicas de forma sistemática nesta área, com retenção de recursos que poderiam ser utilizados para melhorar a qualidade do ensino e fornecer a merenda escolar.

A crise da pandemia, por sua vez, tornou ainda mais evidentes as desigualdades estruturais, que abarcam

desde uma infraestrutura social de isolamento até o acesso à conectividade e às medidas de higiene necessárias. Uma questão importante para o âmbito escolar nesse sentido é o provimento da alimentação oferecida neste ambiente, caracterizada por ser a principal forma de sustento de diversas crianças. Apesar disso, a gestão da continuidade do fornecimento de merenda aos alunos durante a suspensão das aulas deixou muito a desejar, posto que houve atraso na entrega das cestas básicas prometidas e até mesmo entrega de produtos estragados pela Prefeitura.

Nesse contexto, o governo municipal poderia e deveria gastar mais em 2020, a fim de tentar fornecer condições para que os alunos da rede pública mantivessem um mínimo acompanhamento das aulas durante o isolamento social. Contudo, o que vemos é a pressão da atual gestão ao forçar um retorno às aulas, mesmo com o risco de contaminação pela doença ainda alto e sob uma realidade na qual muitas escolas não contam com a infraestrutura adequada para atender às demandas impostas pelo novo coronavírus.

1 Grupo de natureza da despesa formalmente chamado de “Outras Despesas Correntes”.

2 Projeto iniciado pela Prefeitura em 2009 e que visa melhorar a educação da rede municipal por meio de um programa de ensino integral e uma infraestrutura de conforto e qualidade para alunos e professores (<http://www.escolasdoamanha.com.br/sobre-o-projeto/>).

3 <https://folhadirigida.com.br/concursos/noticias/prefeitura-rio/sme-rio-finaliza-contratos-de-agentes-educadores-e-de-educacao-infantil>

4 <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Art70Lei9394-96.pdf>

5 Vale apontar que despesas com fornecimento de alimentação nas escolas (merenda) não podem ser incluídas na MDE.

6 Recentemente, o ex-prefeito César Maia chegou a ser condenado por deturpar a apuração do valor aplicado ao inserir verbas provenientes do Fundeb na sua base de cálculo em 2007 e 2008 (<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/08/10/cesar-maia-tem-condenacao-por-improbidade-administrativa-confirmada-pelo-tjrj.ghtml>).

7 <https://prefeitura.rio/educacao/prefeitura-comeca-a-distribuir-cartoes-alimentacao-para-todos-os-alunos-da-rede-de-ensino-municipal/>

8 Não foi possível obter dados referentes ao primeiro semestre dos anos de 2010 a 2012.

FÓRUM POPULAR DO ORÇAMENTO – RJ (21 2103-0121). Para mais informações acesse www.corecon-rj.org.br/fpo-rj e www.facebook.com/FPO.Corecon.Rj
Coordenação: Bernardo Isídio, Bruno Lins, Camila Bockhorny, Luiz Mario Behnken e Thiago Marques. Assistentes: Juliana Medeiros, Laura Muniz e Marília Santana



ELEIÇÕES NO CORECON-RJ

3 conselheiros efetivos e 3 suplentes
1 delegado-eleitor efetivo e 1 suplente junto ao Colégio Eleitoral do Cofecon.
Consulta para presidente e vice

Votação exclusivamente pelo site
www.votaeconomista.org.br com uso da senha individual

Período de votação:
8h de 28 de outubro às 20h de 30 de outubro de 2020

Atualize seu cadastro no Corecon-RJ

Manter o cadastro atualizado é fundamental para que o Conselho possa se comunicar com você. Solicitamos que você nos informe sobre qualquer mudança nos seus dados cadastrais, tais como: e-mail, endereço residencial ou comercial, telefones fixo ou celular etc. Você pode utilizar os seguintes canais:

- 1) Site do Corecon-RJ, www.corecon-rj.org.br, seção “atualização cadastral” (na barra superior).
- 2) Telefones: 21-2103-0113; 2103-0114; 2103-0115; 2103-0116; 2103-0131.
- 3) E-mails: thiago@corecon-rj.org.br; karina@corecon-rj.org.br; silvia@corecon-rj.org.br; claudio@corecon-rj.org.br; samuel@corecon-rj.org.br; registro@corecon-rj.org.br.